

- 
- Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, com Garantia Flutuante e Garantias Adicionais, da Vivax S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO

84046/08-5



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM GARANTIA FLUTUANTE E GARANTIAS ADICIONAIS, DA VIVAX S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **VIVAX S.A.**, com sede na Cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Av. José Meneghel, 65, sala 07, Distrito Industrial Maria Joana Criveloni Abraão, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 01.402.946/0001-47, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública,

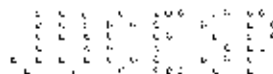
(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca - Condomínio Downtown inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

e, como intervenientes:

(c) **614 TVH VALE S.A.**, com sede no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Gonzalo Fernandes, nº 301, 1º andar, sala 2, Bairro Jardim Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.004.079/0001-17, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("TVH");

(d) **HORIZON TELECOM INTERNATIONAL, LLC**, sociedade constituída sob as Leis de Delaware, sediada em Great Hill Partners, One Liberty Square, Boston, Massachusetts, 02109, neste ato representada por seus procurador(es) (a "HTI");

(e) **BRASIL TV A CABO PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na Cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Avenida José Meneghel, 65, sala 2, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.924.561/0001-40, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Brasil TV a Cabo"); e



(f) **CANBRÁS TV A CABO LTDA.**, com sede no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Gonçalo Fernandes, 301, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 54.906.987/0001-37, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (a "Canbrás");

(g) **JACAREÍ CABO S.A.**, com sede no Município de Jacareí, Estado de São Paulo, na Rua Alfredo Schuting, 37, Centro, CEP: 12327-005, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.365.781/0001-79, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("JACAREÍ");

vêm, por esta e em regular forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, para Distribuição Pública, com Garantia Flutuante e Garantias Adicionais da VIVAX S.A. (a "Escritura de Emissão", a "Emissão" e as "Debêntures"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO**

1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 13 de janeiro de 2006 (a "AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, a "Lei das Sociedades por Ações").

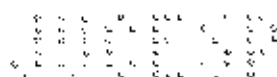
### **Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS**

A Emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

#### **2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), na forma da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976 (conforme alterada, a "Lei n.º 6.385/76"), da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução n.º 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003 (a "Instrução CVM n.º 400/03"), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

#### **2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE.**



2.2.1 A ata da AGE que aprovou a Emissão foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP (“JUCESP”) em [●], sob o nº [●] e foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, no Valor Econômico e no jornal “O Liberal”, em [●], nos termos da legislação em vigor.

### 2.3. Registro da Escritura de Emissão

Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A distribuição pública das Debêntures (a “Oferta”) será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”), no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Valores Mobiliários.

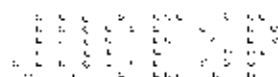
### 2.5. Registro das Garantias

O Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Contrato de Penhor de Ações e Contrato de Fiança, pelos quais foram formalizadas as garantias mencionadas nos itens 4.5.2, 4.5.3, e 4.5.4, da Cláusula Quarta abaixo serão registrados nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos.

### 2.6. Registro para Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (Entidade de Mercado de Balcão Organizado), através do Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente. A liquidação financeira da negociação e da distribuição das debêntures, bem como sua custódia, serão processadas na CETIP; e (ii) para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no Sistema Bovespa Fix (“Bovespa Fix”), administrado e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”), sendo a integralização das Debêntures liquidada na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”), assim como os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

### 2.7. Limite da Emissão



2.7.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura de Emissão é de R\$ 419.393.663,25 (quatrocentos e dezanove milhões, trezentos e noventa e três mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos), e o valor total da Emissão, é de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais).

2.7.2. O quadro abaixo demonstra a oneração do ativo da Emissora por conta do endividamento atualmente vigente, em vista da garantia flutuante conferida às Debêntures, de acordo com as informações obtidas junto a Emissora com base em 30.09.2005:

A) Total do Ativo da Emissora	R\$ 524.230.000,00
B) Dívidas garantidas por direitos reais	R\$ 106.561.731,88
C) Duplicatas Descontadas, Títulos Cauçionados	R\$ 0,00
D) Obrigações Fiscais e Trabalhistas	R\$ 19.593.000,00
E) Ativo não Gravado (Ativo Livre) = A - B - C - D	R\$ 417.668.268,12
F) Valor da Emissão	R\$ 220.000.000,00
G) Valor da Emissão / Ativo Livre (máximo de 70%)	0,52

### **Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Número de Séries**

A Emissão será realizada em uma única série.

#### **3.2. Valor Total da Emissão**

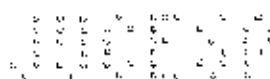
O valor total da Emissão será de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais).

#### **3.3. Quantidade de Debêntures**

Serão emitidas 22.000 (vinte e duas mil) Debêntures.

#### **3.4. Destinação de Recursos**

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados de acordo com a seguinte ordem: (i) primeiro, no pagamento de empréstimos bancários, sendo inicialmente pago o empréstimo-ponte concedido pelo Banco Itaú BBA S.A., conforme Convênio de Abertura



de Crédito para Pagamento de Dívidas nº KL5.32/01 datado de 16/12/2005 e às cédulas de crédito bancário emitidas ao seu amparo, no valor total de até R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais). (ii) segundo, no pagamento de dívidas com a LITL até o limite do valor, equivalente em moeda nacional, a US\$ 38.363.171,36 (trinta e oito milhões, trezentos e sessenta e três, cento e setenta e um dólares e trinta e seis centavos de dólar), nos termos do Anexo 4.12.1 (g); e (iii) terceiro, para fazer frente às necessidades de caixa. O empréstimo-ponte foi concedido à Emissora para liquidação de determinadas dívidas contraídas pela Emissora.

### 3.5. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a segunda emissão de debêntures da Emissora, sendo a primeira para distribuição pública.

### 3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador das Debêntures para esta Emissão será o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário e Escriturador").

## Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação no mercado por meio do sistema do SDT e do Bovespafix, observado o procedimento de distribuição previsto no §3º do Artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, com Garantia Flutuante e Garantias Adicionais, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 2ª Emissão da Vivax S.A." ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder" ou "Coordenador"), de acordo com plano de distribuição elaborado pelo Coordenador, que levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

4.1.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM e da publicação do anúncio de início de distribuição pública

das Debêntures ("Anúncio de Início") e a disponibilização do prospecto definitivo da Emissão aos investidores, nos termos da Instrução CVM nº 400/03 ("Prospecto").

#### **4.2. Data de Emissão das Debêntures**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2005 (a "Data de Emissão").

#### **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (o "Valor Nominal Unitário").

#### **4.4. Forma e Conversibilidade**

4.4.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.4.2. As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CIEFP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido pela CBLC relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de debêntures.

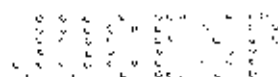
#### **4.5. Espécie e Garantias Adicionais**

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, com as garantias adicionais mencionadas abaixo:

##### **4.5.2. Da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**

4.5.2.1. Como garantia adicional das obrigações da Emissora referentes às Debêntures, será celebrado, nesta data, nos termos do Artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965 e outros dispositivos aplicáveis nos termos da legislação em vigor, o "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" entre, de um lado, a





Emissora, TVH e JACAREÍ (a Emissora, a TVH e a JACAREÍ, doravante designadas em conjunto como as “Fiduciantes”), e, de outro lado, o Agente Fiduciário (“Credor Fiduciário”), na qualidade de representante legal dos titulares das Debêntures (“Contrato de Cessão”), cuja cópia é parte integrante da presente Escritura como seu Anexo 4.5.2.1.

4.5.2.2. Para fins de formalização da garantia acima referida, o Contrato de Cessão será levado a registro, pelas Fiduciantes, nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos dentro de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua celebração. Imediatamente após o referido registro, as Fiduciantes deverão encaminhar uma via original registrada do Contrato de Cessão ao Agente Fiduciário.

4.5.2.3. Nos termos do Contrato de Cessão, as Fiduciantes cederão, sob regime fiduciário, aos titulares das Debêntures, determinados direitos de crédito de que as Fiduciantes serão, quando da primeira integralização das Debêntures, e todos os direitos de crédito dos quais venham a tornarem-se titulares (os “Direitos Creditórios”), perante:

(a) (I) a totalidade de seus clientes, decorrentes da prestação de serviços de televisão a cabo e banda larga na totalidade de municípios atendidas pela Emissora; e (II) a totalidade dos tomadores de serviços identificados no Contrato de Cessão, decorrentes da prestação pelas Fiduciantes dos seguintes serviços: (x) serviços para outras prestadoras de serviços de telecomunicações que consistem na transmissão de dados através de circuitos digitais e outros serviços, bem como o aluguel de parte ociosa da sua rede, exceto com relação a determinados tomadores de serviços listados no Anexo V do Contrato de Cessão; e (y) comercialização de espaço nos canais de televisão, destinado a terceiros interessados, cuja cobrança e pagamento são realizados (i) mediante débito automático ou programado, arrecadados em contas de arrecadação (“Contas de Arrecadação”) pelas instituições financeiras indicadas no Contrato de Cessão (“Agentes de Arrecadação”), sendo os recursos transferidos para as contas vinculadas mantidas pela Emissora, pela TVH, e JACAREÍ no Banco Itaú S.A. (as “Contas Centralizadoras” e o “Banco Centralizador”); e (ii) por meio de bloquitos de cobrança emitidos e enviados aos clientes e aos tomadores de serviços, conforme o caso, cuja cobrança é centralizada junto ao Banco Centralizador e os recursos sempre transferidos para as Contas Centralizadoras;

(b) os Agentes de Arrecadação, correspondentes aos valores depositados em favor das Fiduciantes em pagamento dos Direitos Creditórios nas Contas de Arrecadação e em qualquer outra conta que venha a ser aberta para substituí-las a qualquer tempo durante a vigência do Contrato de Cessão;

## CONDIÇÕES

(c) o Banco Centralizador, correspondentes aos valores depositados nas Contas Centralizadoras e em quaisquer outras contas que venham a ser abertas para substituí-las a qualquer tempo durante a vigência do Contrato de Cessão, bem como os direitos relativos a todas e quaisquer aplicações financeiras realizadas com os recursos financeiros provenientes das Contas Centralizadoras;

4.5.2.3.1. O saldo devido dos Direitos Creditórios cedidos pelas Fiduciárias em favor dos titulares das Debêntures, disposto no item 4.5.2.3. acima, totaliza aproximadamente R\$ 26.000.000,00 em 30 de setembro de 2005. No entanto, as Partes reconhecem que a aceitação pelo Credor Fiduciário da cessão dos Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente, em garantia das Dívidas Garantidas, tem como fator determinante a expectativa de que o montante total dos depósitos realizados mensalmente nas Contas Centralizadoras somem, a contar da data de celebração da presente Escritura até a quitação integral das Dívidas Garantidas, pelo menos R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) em cada mês calendário.

4.5.2.3.2. As Fiduciárias obrigaram-se, por meio do Contrato de Cessão, a manter o valor mínimo em cada mês correspondente a R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) ("Valor Mínimo"), sendo esse valor atualizado anualmente, a partir da data de celebração do Contrato de Cessão, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela FGV/SP, para o período. No caso de extinção ou de não publicação do IGP-M, será adotado o índice que vier a substituí-lo por lei.

4.5.2.4. Em caso de descumprimento, pela Emissora, de suas obrigações de pagamento referentes às Debêntures, o Agente Fiduciário executará a garantia representada pela cessão fiduciária dos Direitos Creditórios em benefício dos titulares das Debêntures.

4.5.2.5. As Fiduciárias neste ato declaram que os Direitos Creditórios estarão livres e desembaraçados de qualquer ônus e/ou gravames de qualquer natureza quando da primeira integralização das Debêntures.

### 4.5.3 Do Penhor de Ações

4.5.3.1. Como garantia adicional das obrigações da Emissora referentes às Debêntures, será celebrado, nesta data, nos termos da legislação em vigor o "Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças" entre, de um lado, a Brasil TV a Cabo e, de outro lado, o Agente Fiduciário, pelo qual serão empenhadas quando da primeira integralização das Debêntures, 51% das ações ordinárias ("Ações Ordinárias Empenhadas"), as quais, nesta



27.408.430

data, representam 27.408.430 (vinte e sete milhões, quatrocentos e oito mil, quatrocentos e trinta) ações ordinárias de emissão da Emissora e de titularidade da Brasil TV a Cabo ("Ações Empenhadas" e "Contrato de Penhor de Ações"); cuja cópia é parte integrante da presente Escritura como seu Anexo 4.5.3.1). Independentemente de qualquer variação no capital social da Emissora, as Ações Empenhadas sempre representarão a mesma porcentagem das ações ordinárias de seu capital social, conforme disposto no item 4.2 do Contrato de Penhor de Ações, de forma que todas as novas ações recebidas pela Brasil TV a Cabo, por meio de bonificações, desdobramentos, grupamentos e aumentos de capital, ficarão automaticamente sujeitas e tornar-se-ão Ações Empenhadas para todos os fins do Contrato de Penhor de Ações.

4.5.3.2. Para fins de formalização da garantia acima referida, o Contrato de Penhor de Ações será levado a registro, Brasil TV a Cabo e Emissora, nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos dentro de 15 (quinze) dias contados da data de sua celebração. Após o referido registro, a Brasil TV a Cabo e a Emissora deverão encaminhar uma via original registrada do Contrato de Penhor de Ações ao Agente Fiduciário.

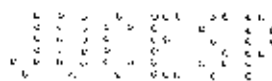
4.5.3.3. O penhor das Ações foi constituído e devidamente formalizado nos termos do Contrato de Penhor de Ações, celebrado entre a Emissora, a Brasil TV a Cabo e o Agente Fiduciário.

4.5.3.4. A Emissora e a Brasil TV a Cabo neste ato declaram que as Ações Empenhadas estarão livres e desembaraçadas de qualquer ônus e/ou gravames de qualquer natureza quando da primeira integralização das Debêntures.

4.5.3.5. A Emissora e a Brasil TV a Cabo neste ato declaram que o penhor das Ações será devidamente averbado perante o Banco Itaú, na qualidade de agente escriturador das ações da Emissora. A Emissora, na data da primeira integralização das Debêntures, disponibilizará ao Agente Fiduciário cópia autenticada da comprovação da averbação junto ao agente escriturador.

4.5.3.6. O valor de referência das Ações Empenhadas, dadas em garantia dos Debenturistas, é de aproximadamente R\$ 111.385.118,67, conforme capital social da Emissora desta data.

#### 4.5.4. Da Constituição da Fiança



4.5.4.1. Como garantia adicional do fiel e pontual pagamento das Debêntures, (i) a Brasil TV a Cabo e (iii) a Canbrás, ambas nos termos do “Contrato de Fiança”, “Contrato de Fiança”), prestaram fiança, obrigando-se solidariamente como fiadores e principais pagadores pelo pagamento das Debêntures, nos termos do Contrato de Fiança cuja cópia é parte integrante da presente Escritura com Anexo 4.5.4.1. Adicionalmente, a HTI outorgou uma garantia aos titulares das Debêntures, nos termos da *Guarantee Letter* (“*Guarantee Letter*” e em conjunto com o “Contrato de Fiança”, os “Contratos de Fiança”). A HTI, a Brasil TV a Cabo e a Canbrás, em conjunto, são denominadas “Fiadores”.

4.5.4.2. O valor da fiança e da garantia representada pela *Guarantee Letter* é correspondente ao montante total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, e também todos os seus acessórios, aí incluídos juros moratórios, multa convencional e outros acréscimos, calculados nos termos desta Escritura de Emissão.

4.5.4.3. A Brasil TV a Cabo e a Canbrás renunciaram expressamente aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), e artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (“Código de Processo Civil”), e a HTI renunciou a direitos semelhantes aplicáveis.

#### **4.6. Preço, Prazo, e Forma de Subscrição e Integralização**

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures poderão, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de até 2 (dois) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.6.3. A publicação do Anúncio de Início se dará em até 10 (dez) dias úteis da obtenção do registro da oferta pública das Debêntures junto à CVM.

#### **4.7. Prazo de Vencimento**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de dezembro de 2010 (**Data de Vencimento**).

#### 4.8. Amortização

A partir do 13º mês de vigência das Debêntures, inclusive, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado de acordo com o seguinte cronograma: 48 (quarenta e oito) parcelas mensais iguais e consecutivas, sendo, portanto, o primeiro pagamento de amortização devido em 1º de janeiro de 2007 e o último na Data de Vencimento, em 1º de dezembro de 2010.

#### 4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, equivalentes à taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia "over" extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP ("Taxa DI"), no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou na falta deste, em outro jornal de grande circulação, acrescida exponencialmente de "spread" equivalente a 3,00% (três por cento) ao ano, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = (VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]),$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário para o Primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI Over (TDI<sub>O</sub>), na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$FatorDI = \prod_{i=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_i)]$$

onde:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1,$$

onde:  $k = 1, 2, \dots, n$

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$dk$  = número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " $dk$ " um número inteiro;

$FatorSpread$  = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{N}{n}} \right\}$$

onde:

$spread = 3,00$ ;

$N = 252$ ;

$n$  = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, sendo " $n$ " um número inteiro;

$$DT = \frac{\text{Data do próximo evento} - \text{Data do último evento}}{\text{Número de dias úteis entre o último e o próximo evento}}$$

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

$$DP = \frac{\text{Data atual} - \text{Data do último evento}}{\text{Número de dias úteis entre o último evento e a data atual}}$$

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

- 1ª) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- 2ª) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 3ª) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 4ª) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. Durante os 12 (doze) primeiros meses de vigência das Debêntures a Remuneração será devida semestralmente, isto é, em 1º de junho de 2006 e 1º de dezembro de 2006. A partir do 13º mês de vigência das Debêntures, inclusive, isto é, a partir de 1 de janeiro de 2007, a Remuneração será devida mensalmente, (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento de Remuneração"), concomitantemente com as datas de pagamento da Amortização.

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração (o "Período de Capitalização") é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração do respectivo período.

4.9.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.



13/03/2020

4.9.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo previsto na Cláusula Sétima desta Escritura), para deliberar, em comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, será utilizada, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas, a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

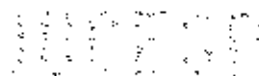
4.9.7. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures neste caso será a última Taxa DI disponível.

#### 4.10. Repactuação

Não há repactuação programada para as Debêntures.

#### 4.11. Aquisição Facultativa





4.11.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.11.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas no mercado.

#### 4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. Observado o disposto no item 4.12.1.1, e 4.12.2., o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

(a) pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou a intervenção dos Fiadores (sendo, no caso da HTI, aplicáveis institutos jurídicos assemelhados aos acima citados, que tratem da reorganização de dívidas com credores), da Emissora, das Fiduciárias ou qualquer de suas controladas ou coligadas diretas ou indiretas;

(b) falta de pagamento, pela Emissora de quaisquer valores devidos aos titulares de Debêntures nas respectivas datas de vencimento;

(c) vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer dívida da Emissora, dos Fiadores, das Fiduciárias ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, em montante individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo esse valor atualizado anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, divulgado pela FGV/SP, para o período. No caso de extinção ou de não publicação do IGP-M, será adotado o índice que vier a substituí-lo por lei;

*(continued)*

(d) alteração do objeto social da Emissora ou das Fiduciárias;

(e) ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, nas hipóteses em que a Emissora esteja em descumprimento de qualquer de suas obrigações previstas na presente Escritura;

(f) não cumprimento de qualquer decisão, sentença, decisão arbitral ou acórdão judicial transitado em julgado contra a Emissora, os Fiadores ou as Fiduciárias, suas controladas ou coligadas diretas ou indiretamente em valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data estipulada para pagamento, sendo esse valor atualizado anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, divulgado pela FGV/SP, para o período. No caso de extinção ou de não publicação do IGP-M, será adotado o índice que vier a substituí-lo por lei;

(g) ocorrência dos seguintes eventos: (i) se a Emissora declarar, pagar ou realizar qualquer outra forma de distribuição, pagamento ou remuneração a seus acionistas, incluindo mas não se limitando a prêmios e bonificações, com exceção da declaração de dividendos nos termos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaração de juros sobre capital próprio nos termos da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995 ou o pagamento dos empréstimos externos objeto dos Registros de Operações Financeiras (ROFs) do Banco Central do Brasil relacionados no Anexo 4.12.1 (g) a esta Escritura, no prazo de até 30 dias a contar da data da subscrição das Debêntures, (ii) se a Emissora realizar qualquer pagamento a acionistas por conta de reorganização societária, inclusive, mas não se limitando a: resgate de ações, redução de capital, pagamento de direito de retirada, reembolso de ações e amortização de ações, (iii) se a Emissora conceder empréstimos a empresas que não sejam controladas direta ou indiretamente pela Emissora, (iv) se as sociedades controladas direta ou indiretamente pela Emissora celebrarem contratos de mútuo com terceiros que não a Emissora ou sociedade que seja do grupo de controle da Emissora;

(h) inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada em um prazo de 15 (quinze) dias contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

(i) protesto de títulos no valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora, os Fiadores, as Fiduciárias, ou suas controladas diretas ou indiretas sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidora.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis, sendo esse valor atualizado anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, divulgado pela FGV/SP, para o período. No caso de extinção ou de não publicação do IGP-M, será adotado o índice que vier a substituí-lo por lei;

(j) o não cumprimento pela Emissora, pelos Fiduciários ou pelos Fiadores de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão, no Contrato de Penhor de Ações, no Contrato de Fiança ou na *Guarantee Letter*, assim como caso as declarações e garantias prestadas por qualquer dessas partes em qualquer desses documentos sejam descumpridas e/ou provem-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas, ou o Contrato de Cessão, o Contrato de Penhor de Ações ou o Contrato de Fiança (i) for objeto de questionamento judicial, anulação ou rescisão, de maneira que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura; (ii) não for devidamente constituído; (iii) for anulado; ou (iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;

(k) transferência, cessão ou modificação, direta ou indireta, do controle acionário bem como a incorporação, fusão ou cisão, da Emissora, dos Fiadores ou das Fiduciárias ou suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas;

(l) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão sejam descumpridas e/ou provem-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;

(m) intervenção, perda, cassação ou caducidade de concessões, autorizações ou licenças governamentais devida pela Emissora, por suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretamente, cujos serviços prestados tenham representado receita em montante superior a 5% (cinco) da receita operacional líquida consolidada da Emissora registrada no período de 12 (doze) meses encerrado no último trimestre social para o qual tenham sido apresentadas demonstrações financeiras da Emissora;

(n) a redução do capital social da Emissora;

(o) a não manutenção do Valor Mínimo Mensal por 2 meses consecutivos, em relação à Cessão Fiduciária; e

(p) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices e Limites Financeiros”) apurados e revisados trimestralmente por auditores independentes da Emissora, com base nos



balancetes consolidados da Emissora referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro:

Covenants	2006	2007	2008	2009	2010
Dívida Financeira Líquida/EBITDA	≤ 2,25	≤ 2,00	≤ 2,00	≤ 2,00	≤ 2,00
EBITDA/Despesa Financeira Líquida	≥ 2,25	≥ 2,75	≥ 3,50	≥ 3,50	≥ 3,50
Dívida Financeira Líquida/PL	≤ 1,50	≤ 1,25	≤ 1,00	≤ 1,00	≤ 1,00

onde:

**EBITDA** – Considera-se “EBITDA”, para os fins desta Escritura, o somatório do resultado dos 4 (quatro) últimos trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) os resultados de participações societárias e (v) o resultado não operacional;

**Dívida Financeira Líquida** - Considera-se “Dívida Financeira Líquida”, para os fins desta Escritura, o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora, excluindo eventuais empréstimos subordinados obtidos junto aos acionistas

**Despesa Financeira Líquida** - Considera-se “Despesas Financeiras Líquidas”, para os fins desta Escritura, as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras nos últimos 4 (quatro) trimestres. As despesas financeiras excluem eventuais empréstimos subordinados obtidos junto aos acionistas

**PL** – Considera-se Patrimônio Líquido – PL, para os fins desta Escritura, o patrimônio líquido da Emissora no último trimestre, acrescido do montante de eventuais empréstimos subordinados obtidos junto aos acionistas;

(q) se a HTI não empenhar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do prazo de 90 dias (noventa) dias referido abaixo, como garantia aos Debenturistas, 30% (trinta por cento) das ações preferenciais da Emissora e de titularidade da HTI, no caso de, no prazo de 90 (noventa) dias a contar do início da data da subscrição das Debêntures, não ser realizada a distribuição pública primária e secundária de certificados de depósito de ações da Companhia nos termos do Prospecto Preliminar de referida oferta datado de 17 de janeiro de 2006; e



(r) não assinatura do Termo de Subordinação por qualquer acionista direto ou indireto da Emissora ou sociedade do grupo de controle da Emissora nos casos em que estes celebrem contratos de mútuo com a Emissora ("Termo de Subordinação", Anexo 4.12.1.(r) desta Escritura), segundo o qual a Emissora compromete-se a subordinar os pagamentos de principal, juros e demais encargos à prévia e integral liquidação dos valores devidos às Debêntures, ou não observância pela Emissora de qualquer Termo de Subordinação.

4.12.1.1. O Agente Fiduciário deverá declarar automaticamente o vencimento antecipado das Debêntures nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c", "e", "f", "g", "j", "k", "n" "q" e "r" do item 4.12.1.

4.12.2. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas "d", "h", "j", "l", "m", "o" e "p" do item 4.12.1., o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias contados da data em que for constatada ocorrência do referido evento ou do fim do período para sanar a inadimplência, conforme o caso, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.3. Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.2. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

#### 4.13. Amortização Extraordinária



11/03/2016 14:00:22

4.13.1. A Emissora reserva-se o direito de amortizar antecipadamente as Debêntures em circulação, a qualquer momento, mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do pagamento da amortização extraordinária.

4.13.2. A amortização extraordinária das Debêntures poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado na data da referida amortização, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento das Debêntures amortizadas e de prêmio percentual apurado de acordo com a fórmula descrita abaixo:

$\text{Prêmio (\%)} = P + \text{CPMF (alíquota vigente à época do resgate)}$

sendo que:

Para amortizações efetuadas até 720 (setecentos e vinte) dias a contar da Data de Emissão:  $P = 2\%$

Para amortizações efetuadas após 720 (setecentos e vinte) dias a contar da Data de Emissão:  $P = 1\%$

4.13.3. O valor de qualquer amortização extraordinária parcial reduzirá de forma proporcional todas as parcelas vincendas de amortização.

#### **4.14. Multa e Juros Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

#### **4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias



devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.16. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e CBLIC. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e CBLIC terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

#### **4.17. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.18. Publicidade**

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal Valor Econômico, edição nacional, além dos jornais utilizados pela Emissora para suas publicações.

#### **4.19. Imunidade dos Debenturistas**

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



*(assinatura)*

#### **4.20. Liquidez e Estabilização**

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

### **Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (ii) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias do término de cada exercício social, e dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre social, declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão, no Contrato de Penhor de Ações, e no Contrato de Fiança;
- (iii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre social, relatório demonstrativo do cumprimento dos Limites e Índices Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas realizadas para cálculo dos Limites e Índices Financeiros;
- (iv) dentro de 10 (dez) dias qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;

*(assinatura)*

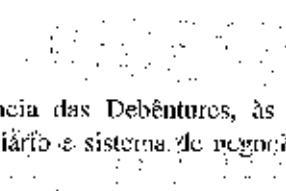


- (v) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
- (vii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (viii) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na letra ("f") abaixo; e
- (ix) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) dias após sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco da Emissão, contratada na forma da alínea ("q") abaixo.
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

11/03/2020 14:05

- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.12. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta Escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora ou de suas subsidiárias que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (j) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes no segmento em que atua;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (l) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;





- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação SND;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) assegurar o cumprimento de todas as suas obrigações e aquelas das Fiduciárias e da HTI, de acordo com o disposto no Contrato de Cessão e do Contrato de Penhor de Ações;
- (p) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (q) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência de *rating* que divulgue relatório, com periodicidade pelo menos anual, devendo (i) manter atualizada a classificação de risco; (ii) divulgar ou permitir que a agência divulgue relatório com a súmula da classificação de risco; (iii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (iv) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures, devendo referida contratação ser realizada com a Moody's ou Standard & Pools;
- (r) aplicar os recursos obtidos na Oferta conforme determinado no item 3.4., bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;
- (s) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa e para os quais adequadas reservas tenham sido constituídos de acordo com as práticas contábeis brasileiras, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal. A Emissora deverá informar o

*[Handwritten signature]*

Agente Fiduciário caso decida não constituir reserva que tenha sido sugerida por seus contadores e advogados de acordo com as práticas contábeis brasileiras;

*[Handwritten signature]*

- (t) emitir e manter autorizações suficientes e/ou outorgar e manter mandatos ao Banco Centralizador para que estes possam efetuar o débito automático de contas de sua titularidade para liquidar suas obrigações discriminadas no item 3.4;
- (u) fornecer ao Agente Fiduciário cópia de qualquer comunicação enviada pela ANATEL à EMISSORA relativa a uma possível causa de término ou resolução antecipada das concessões de que a Emissora é titular; e
- (v) manter atualizadas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, especialmente com relação às licenças e autorizações requeridas nos termos do Contrato de Concessão;
- (w) na eventualidade de disponibilização de recursos à Emissora por qualquer acionista direto ou indireto da Emissora, nos termos da Cláusula 4.12.1(s) acima, fazer com que seja firmado por essa pessoa, previamente à disponibilização desses recursos, o Termo de Subordinação.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1.(u), acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas razoáveis de viagem e hospedagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e

*[Handwritten signature]*

11/03/2016 14:00:00

- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma do item 5.1.(n) desta Cláusula Sexta, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

### Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;



\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/1983;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a regularidade da constituição das garantias das Debêntures, de que trata o item 4.5. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (k) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 2.7. da presente Escritura.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

*R*



11/03/2016 14:00:00

- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

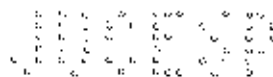
*R*



## DEBÊNTURES

- a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
  - g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
  - i. relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
  - b. na sede do Agente Fiduciário;
  - c. na CVM;
  - d. na Bovespa;

- e. na CETIP; e
- f. na sede das instituições financeiras responsáveis pela coordenação da colocação das Debêntures.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão e do Contrato de Penhor de Ações e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à Bovespa e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão;
- (s) verificar anualmente a regularidade da constituição das garantias das Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (t) verificar se o relatório de avaliação (*rating*) das Debêntures, elaborado pela agência de classificação de risco, foi atualizado no menos anualmente, bem como se as versões atualizadas foram divulgadas ao mercado;



- (u) monitorar diligentemente os procedimentos de constituição de garantias e estabelecimento de mecanismos de pagamento a partir das Contas Centralizadoras mantida junto ao Banco Centralizador, conforme descrito no item 4.5.2. desta Escritura.

6.6. Observadas as condições desta Escritura de Emissão e sem prejuízo do disposto no item 4.12. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunidade dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) executar as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral e proporcionalmente, dos titulares das Debêntures;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias contados do evento que a determinar, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debituristas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debituristas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/1983 e eventuais normas posteriores.

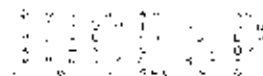
6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.7.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### **Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBITURISTAS**

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.



7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, ou no prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da segunda convocação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

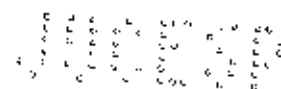
7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 8.2. desta Cláusula Oitava, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao debenturista eleito pelos demais debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture em circulação, conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão e no item abaixo, serão aprovadas por titulares de Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.5.1. Quaisquer alterações no prazo de vigência das Debêntures, nas garantias das Debêntures, sua Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.7. acima), no cronograma de amortização previsto no item 4.8., no quorum de deliberação das assembleias gerais de titulares de Debêntures e nos eventos de vencimento antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, assim como na hipótese descrita no item 4.12.3., deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere a Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido amortizadas e/ou liquidadas, excluídas



do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas controladas e coligadas, aos Fiadores, bem como respectivos administradores e seus parentes de até segundo grau.

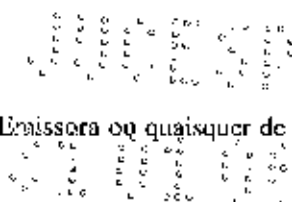
7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

### Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles criados pelo Contrato de Cessão e o Contrato de Penhor de Ações, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença



administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades relevantes;

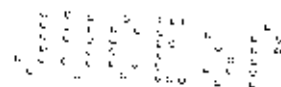
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora cumpriu e está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas eventuais situações especificamente descritas no Prospecto da Emissão;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e as informações financeiras referentes aos períodos encerrados em setembro de 2004 e 2005 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) todo pagamento ou contratação de empréstimos de qualquer natureza, de forma direta ou indireta, com qualquer dos acionistas da Emissora e seus respectivos acionistas diretos e indiretos, ou empresas integrantes do grupo de controle da Emissora terão seus pagamentos de principal, juros e demais encargos subordinados à prévia e integral liquidação dos valores devidos às Debêntures;
- (i) o Prospecto da Emissão conterá, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (j) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora, às Fiduciárias e aos Fiadores são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, não havendo fatos relativos à Emissora ou relativo às Debêntures não divulgados no Prospecto, cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto seja enganosa, incorreta ou inverídica;



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200  
201  
202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217  
218  
219  
220  
221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338  
339  
340  
341  
342  
343  
344  
345  
346  
347  
348  
349  
350  
351  
352  
353  
354  
355  
356  
357  
358  
359  
360  
361  
362  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369  
370  
371  
372  
373  
374  
375  
376  
377  
378  
379  
380  
381  
382  
383  
384  
385  
386  
387  
388  
389  
390  
391  
392  
393  
394  
395  
396  
397  
398  
399  
400  
401  
402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418  
419  
420  
421  
422  
423  
424  
425  
426  
427  
428  
429  
430  
431  
432  
433  
434  
435  
436  
437  
438  
439  
440  
441  
442  
443  
444  
445  
446  
447  
448  
449  
450  
451  
452  
453  
454  
455  
456  
457  
458  
459  
460  
461  
462  
463  
464  
465  
466  
467  
468  
469  
470  
471  
472  
473  
474  
475  
476  
477  
478  
479  
480  
481  
482  
483  
484  
485  
486  
487  
488  
489  
490  
491  
492  
493  
494  
495  
496  
497  
498  
499  
500  
501  
502  
503  
504  
505  
506  
507  
508  
509  
510  
511  
512  
513  
514  
515  
516  
517  
518  
519  
520  
521  
522  
523  
524  
525  
526  
527  
528  
529  
530  
531  
532  
533  
534  
535  
536  
537  
538  
539  
540  
541  
542  
543  
544  
545  
546  
547  
548  
549  
550  
551  
552  
553  
554  
555  
556  
557  
558  
559  
560  
561  
562  
563  
564  
565  
566  
567  
568  
569  
570  
571  
572  
573  
574  
575  
576  
577  
578  
579  
580  
581  
582  
583  
584  
585  
586  
587  
588  
589  
590  
591  
592  
593  
594  
595  
596  
597  
598  
599  
600  
601  
602  
603  
604  
605  
606  
607  
608  
609  
610  
611  
612  
613  
614  
615  
616  
617  
618  
619  
620  
621  
622  
623  
624  
625  
626  
627  
628  
629  
630  
631  
632  
633  
634  
635  
636  
637  
638  
639  
640  
641  
642  
643  
644  
645  
646  
647  
648  
649  
650  
651  
652  
653  
654  
655  
656  
657  
658  
659  
660  
661  
662  
663  
664  
665  
666  
667  
668  
669  
670  
671  
672  
673  
674  
675  
676  
677  
678  
679  
680  
681  
682  
683  
684  
685  
686  
687  
688  
689  
690  
691  
692  
693  
694  
695  
696  
697  
698  
699  
700  
701  
702  
703  
704  
705  
706  
707  
708  
709  
710  
711  
712  
713  
714  
715  
716  
717  
718  
719  
720  
721  
722  
723  
724  
725  
726  
727  
728  
729  
730  
731  
732  
733  
734  
735  
736  
737  
738  
739  
740  
741  
742  
743  
744  
745  
746  
747  
748  
749  
750  
751  
752  
753  
754  
755  
756  
757  
758  
759  
760  
761  
762  
763  
764  
765  
766  
767  
768  
769  
770  
771  
772  
773  
774  
775  
776  
777  
778  
779  
780  
781  
782  
783  
784  
785  
786  
787  
788  
789  
790  
791  
792  
793  
794  
795  
796  
797  
798  
799  
800  
801  
802  
803  
804  
805  
806  
807  
808  
809  
810  
811  
812  
813  
814  
815  
816  
817  
818  
819  
820  
821  
822  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829  
830  
831  
832  
833  
834  
835  
836  
837  
838  
839  
840  
841  
842  
843  
844  
845  
846  
847  
848  
849  
850  
851  
852  
853  
854  
855  
856  
857  
858  
859  
860  
861  
862  
863  
864  
865  
866  
867  
868  
869  
870  
871  
872  
873  
874  
875  
876  
877  
878  
879  
880  
881  
882  
883  
884  
885  
886  
887  
888  
889  
890  
891  
892  
893  
894  
895  
896  
897  
898  
899  
900  
901  
902  
903  
904  
905  
906  
907  
908  
909  
910  
911  
912  
913  
914  
915  
916  
917  
918  
919  
920  
921  
922  
923  
924  
925  
926  
927  
928  
929  
930  
931  
932  
933  
934  
935  
936  
937  
938  
939  
940  
941  
942  
943  
944  
945  
946  
947  
948  
949  
950  
951  
952  
953  
954  
955  
956  
957  
958  
959  
960  
961  
962  
963  
964  
965  
966  
967  
968  
969  
970  
971  
972  
973  
974  
975  
976  
977  
978  
979  
980  
981  
982  
983  
984  
985  
986  
987  
988  
989  
990  
991  
992  
993  
994  
995  
996  
997  
998  
999  
1000

- (k) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (l) não há qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;
- (o) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de sua emissão ou contra si sacados, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (ii) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (p) os documentos e informações fornecidos ao Coordenador e seus assessores legais durante o procedimento de due diligence da Emissora para a elaboração do Prospecto são corretos e atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, de acordo com as listas de documentos apresentada e demais solicitações de documentos e informações efetuadas pelo Coordenador e seus assessores durante referido procedimento de due diligence, tendo sido disponibilizadas, entre outras, (i) informações sobre todas as ações judiciais ou administrativas pendentes contra a Emissora, seus controladores e/ou controladas que, caso julgadas contrariamente, podem afetar negativamente e de forma





relevante os seus resultados, e (ii) informações sobre todas as operações relevantes da Emissora e de suas controladas, bem como sobre os direitos e obrigações delas decorrentes, que tenham sido realizadas nos últimos 3 (três) anos; e

- (q) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e aos dois anos imediatamente anteriores, assim como as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, de forma consistente com práticas passadas.

### **Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

Vivax S.A.  
Av. José Meneghel, 65  
Americana – SP  
CEP: 13478-820  
At.: Christopher Torto e/ou Saleh Nibi  
Tel.: (19) 3471 8135  
Fax: (19) 3471-8922  
E-mail: [chris.torto@vivax.com.br](mailto:chris.torto@vivax.com.br) / [saleh.nibi@vivax.com.br](mailto:saleh.nibi@vivax.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  
Av. das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205  
Condomínio Downtown – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro  
CEP: 22.640-100  
At.: Juarez Dias Costa  
Tel.: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746/4901  
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

2006  
31.03.06

**Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:**

Banco Itaú S.A.  
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 - 9º andar - Jabaquara  
São Paulo - SP - CEP: 04344-902  
At.: Sr. Luiz Loureiro  
Cargo.: Gerente de Relacionamento  
Tel.: (11) 5029-1905  
Fax: (11) 5029-1917  
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

**Para a CETIP:**

Câmara de Custódia e Liquidação  
Rua Líbero Baduró, nº 425/24º andar  
São Paulo - SP  
CEP: 01009-000  
Tel.: (11) 3111-1400/3365-4925  
Fax: (11) 3111-1563

**Para a Bovespa**

Bolsa de Valores de São Paulo  
Rua XV de Novembro, 275  
São Paulo - SP  
CEP: 01013-001  
Tel.: (11) 3233-2000  
Fax.: (11) 3242-3550

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.



30/03/2020

**Cláusula Décima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

30/03/2020

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**Cláusula Onze – DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

R

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 07 (sete) vias de igual força e teor para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 17 de janeiro 2006

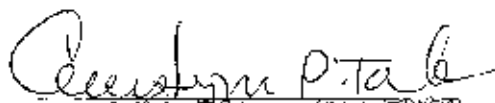
JUR. SP 1213882v1 3402.227486

9

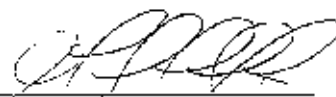
11/11/2017

(Esta folha é parte integrante do Instrumento Particular de Escrituração, 1ª Emissão de Debêntures Simples, para Distribuição Pública, com Garantia Flutuante e Garantias Adicionais, da Vivax S.A.)

VIVAX S.A.



Nome: CHRISTOPHER PAUL PORTO  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

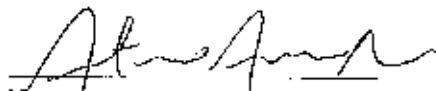


Nome: ANTONIO JOÃO FILHO  
Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES

44354

*(Esta folha é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, para Distribuição Pública, com Garantia Flutuante e Garantias Adicionais, da Vivax S.A.)*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS S.A.**



Nome:

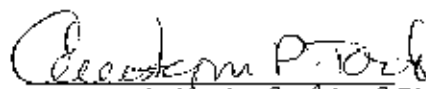
Cargo: **Antonio Amaro R. de O. e C.**

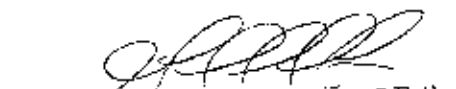
**Adrogado**

1000

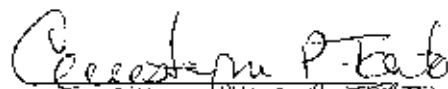
[Esta folha é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, para Distribuição Pública, com Garantia Flutuante e Garantias Adicionais, da Vivax S.A.]

**614 TVH VALE S.A.**


  
Nome: CHRISTOPHER P. TORTO  
Cargo: DIRETOR

  
ANTONIO JOÃO FILHO  
p.p.

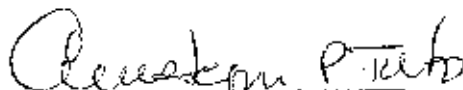
**HORIZON TELECOM INTERNATIONAL, LLC**


  
Nome: CHRISTOPHER P. TORTO  
Cargo: PRESIDENT

**BRASIL TV A CABO PARTICIPAÇÕES S.A.**

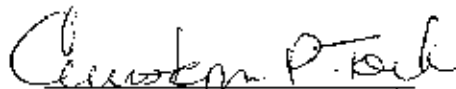
  
Nome: CHRISTOPHER P. TORTO  
Cargo: PRESIDENT

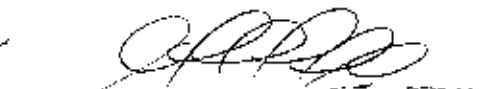
**CANBRÁS TV A CABO LTDA.**

  
Nome: CHRISTOPHER P. TORTO  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

  
ANTONIO JOÃO FILHO  
DIRETOR VICE-PRESIDENT

**JACAREÍ CABO S.A.**

  
Nome: CHRISTOPHER P. TORTO  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

  
ANTONIO JOÃO FILHO  
p.p.

